

A FACULDADE DE DIREITO DA UNIVERSIDADE DA BAHIA E JURISTAS BAIANOS NO PARLAMENTO E NO GOVERNO JÂNIO QUADROS

UNIVERSITY OF BAHIA LAW SCHOOL AND BAHIAN JURISTS IN
PARLIAMENT AND JÂNIO QUADROS PRESIDENCY

Recebido: 02.11.2019

Aprovado: 28.11.2019

Julio Cesar De Sá Da Rocha

Doutor em Direito (PUC/SP). Professor do Programa de Pós-Graduação em Direito da UFBA. Diretor da Faculdade de Direito da UFBA.
E-mail: julior@ufba.br
ORCID: <http://orcid.org/0000-0002-8953-5006>
LATTES: <http://lattes.cnpq.br/7066612031979191>

Márcia Costa Misi

Doutoranda em Direito do Programa de Pós-Graduação em Direito da UFBA. Mestre em Direito PUC SP. Professora da Universidade Estadual de Feira de Santana.
E-mail: marciamisi@gmail.com
LATTES: <http://lattes.cnpq.br/8445914905826496>

RESUMO: O presente artigo é resultado de pesquisas apoiadas desde o Edital PROPCI/UFBA 01/2015 Ditadura Militar e a UFBA: ações e reações (1964/1985), Memorial da Faculdade de Direito da UFBA/Projeto Laboratório de História do Direito. Os registros dos períodos foram investigados no Arquivo Público Nacional em Brasília (2015 e 2016), arquivos do Memorial da FDUFBA (2015 a 2017) e da Biblioteca da Faculdade de Direito da Universidade Federal da Bahia (2018-2019), hemeroteca da Biblioteca Pública do Estado da Bahia, hemeroteca da Biblioteca Nacional e nos arquivos do Centro de Pesquisa e Documentação de História (FGV, 2019). A investigação é de cunho historiográfico com análise de documentos, publicações, papel dos agentes e instituições no período indicado. O trabalho pretende explicitar o ambiente do início dos anos sessenta e a relação entre a academia jurídica e a política, especialmente o acadêmico da Faculdade de Direito da Universidade da Bahia. Outrossim, trata do lugar dos bacharéis na política, especialmente no parlamento e no governo Jânio Quadros. Ao final, aponta-se aproximação dos campos político e jurídico no período histórico indicado.

PALAVRAS-CHAVE: Anos sessenta; Faculdade de Direito; Governo Jânio Quadros.

ABSTRACT: This article is the result of research supported by the PROPCI / UFBA Notice 01/2015 Military Dictatorship and the UFBA: Actions and Reactions (1964/1985), UFBA Law Faculty Memorial / Law History Laboratory Project. The records of the periods were investigated at the National Public Archives in Brasilia (2015 and 2016), FDUFBA Memorial Archives (2015-2017) and the Federal University of Bahia Faculty of Law Library (2018-2019). Public Library of the State of Bahia, library of the National Library and in the archives of the Center for Research and Documentation of History (FGV, 2019). The research is historiographic with analysis of documents, publications, role of agents and institutions in the indicated period. This article intends to understand the political environment of the early sixties, especially the intersection between law academy and politics. It also deals with the place of jurists in politics, espe-

cially in parliament and in Janio Quadros presidency. At the end, it is pointed to the approximation of the political and legal fields in the historical period indicated.

KEYWORDS: Sixties; Law School; Janio Quadros' presidency.

SUMÁRIO: Introdução. 1 A Faculdade de Direito no âmbito da Universidade da Bahia: origens e os anos sessenta. 2 O lugar dos bacharéis na política nacional e estadual. 3 Bacharéis baianos no breve governo de Jânio Quadros: entre o programa econômico e a pauta nacional-desenvolvimentista. **CONCLUSÃO. REFERÊNCIAS.**

INTRODUÇÃO

Primeiramente cabe o registro que o presente artigo é resultado de continuado esforço de pesquisa apoiado desde o Edital PROPCI/UFBA 01/2015 Ditadura Militar e a UFBA: ações e reações (1964/1985), promovido pela Universidade Federal da Bahia, Pró-Reitoria de Pesquisa, Criação e Inovação (PROPCI), Projeto Laboratório de História do Direito¹ e Memorial da Faculdade de Direito da UFBA², somadas a iniciativas de pesquisas do Programa de Pós-Graduação em Direito da UFBA³. Far-se-á a divisão dos períodos históricos e sua relação com o ambiente da Universidade Federal da Bahia e a participação de seus agentes históricos na política. A tarefa aqui é de “localizar, avaliar e sintetizar sistemática e objetivamente as provas, para estabelecer os fatos e obter conclusões referentes aos acontecimentos do passado⁴ .

Trata-se de uma pesquisa situada no campo da história do direito, compreendida por Wolkmer como “parte da história geral que examina o direito como fenômeno socio-cultural, produzido dialeticamente pela situação humana através dos tempos, e materializado evolutivamente por fontes históricas, documentos jurídicos, agentes e instituições legais reguladoras”⁵.

Os registros dos períodos foram investigados no Arquivo Público Nacional em Brasília em duas oportunidades de visita (2015 e 2016), nos arquivos do Memorial da Faculdade de Direito da Universidade Federal da Bahia (2015 a 2017) e da Biblioteca da Faculdade de Direito da Universidade Federal da Bahia (2018-2019), onde estão guardados exemplares de revistas jurídicas produzidas no âmbito do curso de direito (a Revista da Faculdade de Direito e a Revista Ângulos), na hemeroteca da Biblioteca Pública do Estado da Bahia, especialmente o Jornal A Tarde (2018 e 2019), na hemeroteca da Biblioteca Nacional e nos arquivos digitalizados do Centro de Pesquisa e Documentação de História (CPDOC) da Fundação Getúlio Vargas (2019), bem como em extensa revisão de literatura sobre a temática.

Outrossim, o trabalho contou com apoio do Memorial da FDUFBA, arquivista-coordenadora e bolsistas em intenso trabalho de registro documental. Foram feitas análises de atas, documentos internos, fichas de matrícula e outros materiais, inclusive, nunca antes analisado de forma sistemática. Importante a orientação sobre a relevância da revisão crítica dos dados levantados, demandando que cada informação reunida tivesse que ser examinada de forma rigorosa⁶ .

Neste artigo buscamos apresentar resultados iniciais de uma pesquisa mais ampla, que pretende analisar a participação de juristas baianos nos principais debates políticos com implicações jurídicas travados durante o governo João Goulart. Foi um governo marcado por crises do início ao fim, num ambiente onde ocorreram intensas disputas em torno do sentido de legalidade, especialmente sobre os limites e potencialidades da Constituição de 1946 frente aos desafios de desenvolvimento para o País.

O interesse pelo período do governo João Goulart justifica-se pela necessidade de melhor conhecer o ambiente pré golpe de 1964 e, assim, quem sabe, encontrar respostas para algumas questões incômodas que envolvem a justificação jurídica de rupturas de legalidade. Alguns historiadores como Carlos Fico⁷ identificam uma forte conotação jurídica do golpe de 1964 que precisa ser melhor compreendida. Os golpistas derrubaram um governo constitucional invocando a proteção da Constituição de 1946, mas logo após a tomada do poder invocaram um caráter revolucionário para fundamentar a edição de atos institucionais. Inovações também foram introduzidas por meio de reformas constitucionais aprovadas por um parlamento submetido a expurgos e ameaças. Entre elas, a reforma dos dispositivos sobre desapropriação para fins de reforma agrária esteve no centro de debates desde o governo Jânio Quadros. No ambiente polarizado do governo João Goulart, o prolongamento desse debate alimentou o processo de radicalização e desestabilização que desembocou no golpe. Conhecer como os juristas baianos que atuavam no cenário político nacional se posicionaram diante dessas disputas pode oferecer pistas importantes para compreender melhor a relação entre direito e política em momentos de instabilidade política.

Os contornos do cenário que norteia o governo João Goulart começaram a ser desenhados no breve governo Jânio Quadros. Assim, esse texto lança um olhar sobre esse período com o objetivo de situar politicamente os protagonistas da história que pretendemos contar, os juristas ou bacharéis baianos que atuavam na arena da política nacional. Destacaremos os bacharéis políticos que também estavam vinculados à academia, por isso aqui chamados de juristas, e assim essa é também um pedaço da história do principal curso jurídico da Bahia, o da Faculdade de Direito da então Universidade da Bahia.

O cotidiano da Faculdade de Direito no período pesquisado indica posicionamentos de seus agentes históricos: docentes, movimento estudantil, servidores administrativos, Diretoria, Congregação, Conselho Universitário. As diferentes fontes foram examinadas e manejadas a partir de discussões teórico-metodológicas da história do direito, sempre observando a realidade e o contexto da época.

Efetivamente a análise dos dados ressalta caráter qualitativo e tiveram como escopo o tempo histórico do breve governo Jânio Quadros para desvendar o ambiente da Universidade da Bahia (hoje Universidade Federal da Bahia) e a atuação de alguns dos seus agentes históricos na política nacional durante o período indicado. Sem dúvida, o registro do passado recente da histórica nacional possui interesse em contribuir para compreensão da problemática atual e suas recentes rupturas institucionais tão debatidas.

1 A FACULDADE DE DIREITO NO ÂMBITO DA UNIVERSIDADE DA BAHIA: ORIGENS E OS ANOS SESENTA

As origens da atual Universidade Federal da Bahia remontam às faculdades isoladas criadas no século XIX (Medicina e Cirurgia, 1808; Belas Artes, 1877; Direito, 1891; Engenharia, 1897), no início do século XX (Escola Comercial/Faculdade de Ciências Econômicas, 1905; a Faculdade de Filosofia, 1941; o curso de Biblioteconomia, 1942), a criação da Universidade da Bahia em 1946 e sua federalização em 1956. Mais tarde, em 1967, as Escolas de Agronomia e Medicina Veterinária passaram a integrar a então denominada Universidade Federal da Bahia.

Como indica Edvaldo Boaventura: “Com tantas faculdades isoladas, chegou o momento de sua integração em universidade. A presença da Faculdade de Filosofia, Ciências

e Letras, (...), foi deveras importante. A Bahia não fugiu à regra das políticas federais”⁸. Tal situação ocorrera com a criação da Universidade do Rio de Janeiro (1920), Minas Gerais (1927) etc. Proposta de criação da Universidade da Bahia surge em 1935 através de projeto do Deputado Pedro Calmon, mas sua fundação e implementação somente surge em 1946. Seu primeiro dirigente ocupava a função de diretor da Faculdade de Medicina, Edgar Santos. A Universidade da Bahia foi criada conforme o Decreto-lei de 8 abril de 1946, sendo simbolicamente instalada em 2 de julho.

Em um primeiro momento, a reitoria aglutinou as oito unidades constitutivas. Adiante, em 1943, a Universidade da Bahia integrou Biblioteconomia e criou, sucessivamente, Enfermagem, Geologia, Administração, Arquitetura (separada de Belas Artes), Música, Teatro, Dança⁹. O autor aduz a existência de dois períodos, estruturalmente distintos: o primeiro, da fundação à reestruturação-reforma, em 1968; o segundo, a partir da Universidade reformada até o presente.

Cabe registrar que na década de 60, a Faculdade de Direito representava local de referência para segmentos da cultura e intelectualidade, denominada “Era Edgar Santos” (Reitor da Universidade da Bahia de 1946, da qual foi o primeiro reitor e reeleito sucessivamente para o cargo, até 1952 e depois da Universidade Federal da Bahia até 1961). Em 1961 deixou o cargo que desempenhara durante 15 anos de trabalho desde a criação da Universidade, sendo nomeado Presidente do Conselho Federal de Educação.

Entre seus alunos, nomes como Glauber Rocha, João Ubaldo Ribeiro e Raul Seixas indicam como era destacada a participação dos estudantes em atividades públicas, produção cultural, debates envolvendo as questões políticas pulsantes do momento. Toda essa rica produção se expressava por meio de uma publicação própria, a Revista Ângulos, periódico criado e dirigido pelo Centro Acadêmico Rui Barbosa. Seu primeiro volume foi publicado em 1950 e até 2010 foram 19 volumes de estímulo aos estudos jurídicos.

a) A entrada nos anos 60: novos ares para o Brasil e também para a Faculdade de Direito da Universidade da Bahia

Enquanto no cenário nacional iniciava um novo governo, eleito numa campanha que mobilizou o Brasil, o ano de 1961 também trouxe novos ares para a Faculdade de Direito da Bahia em meio à comemoração dos 70 anos de sua fundação. Em 26 de maio o novo prédio foi inaugurado com grande festividade no local onde até hoje funciona, uma realização do diretor Orlando Gomes e reitor Edgar Santos, que conduziram a empreitada, ao que parece, em meio a resistências dentro da Universidade¹⁰. A mudança se tornara um imperativo em face das transformações urbanísticas em Salvador (ainda que seu crescimento não acompanhasse o mesmo ritmo do processo de urbanização em outras capitais no Brasil), que impuseram inconveniências à localização da aclamada sede da Piedade¹¹.

A mudança de sede coincidia com as aspirações por transformações no ambiente acadêmico/universitário e político, como chamou atenção Nelson Sampaio em seu discurso de despedida do antigo prédio, ao referir-se à atuação política dos acadêmicos de direito, uma marca da vida estudantil nos cursos jurídicos, e suas pautas naquele momento¹². No discurso inaugural, Orlando Gomes, o diretor que conduziu a construção, sintetizou o espírito de renovação da época, “Símbolo de um Brasil novo na velha Bahia, a Faculdade nova não haverá de ser uma nova arquitetura vazia de ânimo renovador”¹³.

A renovação ocorria também na gestão, tanto da Universidade, quanto da Faculdade de Direito. Depois de um longo período no comando da Reitoria, Edgar Santos foi substituído pelo catedrático da Faculdade de Direito Albérico Fraga que, por sua vez, dei-

xava a presidência do diretório estadual da UDN. Na unidade de direito, Nelson Sampaio, também do quadro udenista, assumiu a direção em substituição a Orlando Gomes em julho, já no novo prédio.

Como se não bastasse tantas mudanças, em 1961 também foi implantado a turma noturna. Uma novidade que, além de resultar no aumento do número de matrículas, exigia do corpo docente inovação de estratégias de ensino e preparação para a prática. Nelson Sampaio chamou atenção para os problemas apresentados no primeiro ano dessa nova experiência, como alto percentual de reprovação e baixa frequência, todos atribuídos ao perfil de um estudante que trabalha durante o dia, frequenta aula à noite e aos sábados, não restando tempo para estudar¹⁴. Considerando esse baixo desempenho, o diretor chegou a propor a desativação da turma noturna, o que, apesar de chancelado pelo Conselho Departamental, teve encaminhamento à Congregação susgado, graças à ponderação de alguns professores¹⁵. De fato, era cedo para avaliar a pertinência do curso noturno, uma experiência que supostamente proporcionava o ingresso de estudantes trabalhadores, com potencial para transformar o perfil do corpo discente, predominantemente formado por filhos das classes abastadas.

O espírito mudancista da época se refletia também no debate sobre reforma do ensino jurídico, que ocorria com bastante vigor e girava em torno do caráter teórico ou prático da formação do bacharel em direito. Desde que criados em 1827, os cursos jurídicos no Brasil eram formadores de homens cultos, os futuros quadros de comando do Estado, mas a nova ordem socioeconômica demandava profissionais preparados para enfrentar problemas apresentados por uma realidade em processo de transformação acelerada.

A academia jurídica baiana também vislumbrava a necessidade de imprimir ao ensino jurídico maior ênfase na formação prática e profissional¹⁶, participando do debate nacional, principalmente, mas não exclusivamente, por meio da voz influente de Orlando Gomes¹⁷, um jurista considerado fora da curva por José Eduardo Faria, justamente pela sua capacidade de, pensando a frente do seu tempo, identificar a necessidade de mudanças no direito¹⁸. Em artigo publicado na Revista Forense daquele ano, Orlando Gomes defendeu que.

Esse tipo de formação não se coaduna mais aos objetivos das Faculdades de Direito, quando se reconhece que devem preocupar-se com a formação de técnicos de Direito, e não apenas homens cultos, dado que concedem diploma profissional, e não meramente científico, como se verifica em outros países¹⁹.

A mudança para o prédio novo também veio acompanhada da renovação no corpo docente com a posse de novos catedráticos, todos eles já professores da casa. Em 20 de junho, Raul Chaves assumiu a cátedra de direito penal, em 08 de novembro Calmon de Passos a de direito judiciário civil e em 07 de dezembro José Martins Catharino a de direito do trabalho²⁰. Como era de praxe, vários professores da casa estavam afastados para o cumprimento de mandato eletivo ou cargos no executivo²¹, o que demandava substituição por quadros temporários..

Figura na lista de professores publicada pela Revista da Faculdade de Direito²² o nome de João Mangabeira como professor honorário²³, um octogenário da política nacional e personagem importante da história²⁴. Afastado de mandatos eletivos desde 1950, quando obteve votação inexpressiva na corrida presidencial que elegeu Getúlio Vargas, continuou sua atuação política à frente do PSB até voltar a assumir posto de destaque no governo de João Goulart como Ministro de Minas e Energia em 1962 e, principalmente, como Ministro da Justiça de 1962 a 1963. Bacharel baiano radicado no Rio de Janeiro que nunca perdeu o vínculo com suas raízes, era um político de projeção nacional do campo da

esquerda, além de advogado militante da luta por igualdade social e defesa das liberdades individuais. Nunca foi professor, mas reconhecido nacionalmente como jurista influente e pensador crítico, angariou discípulos com os seus ensinamentos²⁵, credenciando-o ao reconhecimento honorífico pela Faculdade onde se formou.

Em meio a tantas mudanças, a comunidade acadêmica da Faculdade de Direito acompanhava atentamente o movimento político estadual e nacional, uma vez que fazia parte da sua cultura, formadora que era de quadros para ocupar postos de poder, participar ativamente da vida política do país. Nesse contexto, a iniciativa dos estudantes de realizar sabinas com aspirantes a postos eletivos majoritários como o debate com o candidato Jânio Quadros, num ambiente de disputas de ideias próprio de situações democráticas²⁶. Certamente, atividades como essa contavam com o apoio interessado de professores que ocupavam postos de poder e se movimentavam na política com a autoridade de bacharéis.

2 O LUGAR DOS BACHARÉIS NA POLÍTICA NACIONAL E ESTADUAL

O apoio da UDN baiana à candidatura de Jânio Quadros em 1960 rendeu ao grupo do governador Juracy Magalhães participação em postos estratégicos do governo federal, como o Ministério da Fazenda, assumido por Clemente Mariani, professor livre docente de direito comercial da Faculdade de Direito da Universidade da Bahia (UDN) e a presidência do Conselho Nacional do Petróleo, ocupada por seu colega de docência, Josaphat Marinho, catedrático de direito comercial (PL). Ao filho do governador, deputado estadual Juracy Magalhães Júnior (UDN), coube a subchefia do gabinete civil da Presidência da República. Embora não estivesse vinculado à UDN, outra participação ilustre de baianos no governo Jânio Quadros foi a do já conhecido geógrafo Milton Santos na sub-chefia da Casa Civil, atuando na representação do governo federal no Estado da Bahia.

A ocupação dos mandatos eletivos havia sido definida nas eleições de 1958²⁷, ocasião em que os baianos elegeram Juracy Magalhães (UDN) como governador e Orlando Moscoso, da chapa PSD, PTB, PR, como vice. O PSD, coligado com o PTB, PR, PTN e PRP, saiu enfraquecido pelo racha entre o grupo de Antônio Balbino, então governador, que lançou a candidatura do desconhecido José Pedreira de Freitas para sua sucessão, e o grupo de Tarcilo Vieira de Melo, que saiu do partido para concorrer ao governo pelo PDC em aliança com o PSP.

No Congresso Nacional, Aloysio de Carvalho Filho (eleito pelo PL em aliança com a UDN), professor catedrático de direito penal da Faculdade de Direito da Universidade da Bahia, assumiu em dezembro de 1960 uma cadeira no senado com a morte do senador Octávio Mangabeira, eleito pelo PL em 1958. Já ocupava uma cadeira, eleito em 1955, o advogado, com passagem pela Junta de Conciliação e Julgamento de Salvador em 1938, João de Lima Teixeira (PTB). A terceira cadeira também foi preenchida em 1955 por Juracy Magalhães, que renunciou para assumir o governo do estado, ficando em seu lugar o suplente Ovídio Teixeira (UDN). O bacharelismo na representação baiano no senado alcançava assim dois terços da bancada.

Já a bancada baiana eleita em 1958 para a Câmara Federal era majoritariamente pessedista (10) e undenista (09)²⁸. No momento em que se instalou a crise com a renúncia de Jânio Quadros, quase metade desta bancada era formada por bacharéis em direito (12 de um total de 27 deputados)²⁹. Entre eles, cinco professores de direito, três da Faculdade de Direito da Universidade da Bahia (Luiz Viana Filho, catedrático de direito internacional privado; Nestor Duarte, catedrático de introdução à ciência do direito, ambos da coligação PL/UDN, além de Raimundo de Souza Brito³⁰, livre docente de direito penal, eleito pelo PR) e dois da Faculdade Católica da Bahia (Waldir Pires, titular de direito constitucional e Ru-

bem Nogueira, titular de introdução à ciência do direito, do PSD e PRP respectivamente, elegeram-se em coligação formada por esses dois partidos).

Os professores de direito da UDN/PL pertenciam ao grupo de bacharéis baianos que integravam o partido, vindos do movimento autonomista³¹, e aturaram firmemente na base de apoio ao governo Jânio Quadro. No entanto, as nuances ideológicas inerentes a esse grupo aproximava Nestor Duarte³², em muitos aspectos, à agenda de reformas do trabalhismo, apoiada por Waldir Pires. Por outro lado, apesar de pertencerem à mesma coligação, os professores da Faculdade de Direito Católica da Bahia estavam em campos ideológicos muito distintos. Waldir Pires, alçado à política pelas mãos de Antônio Balbino, construiu sua carreira no PSD, embora estivesse alinhado com o projeto nacional desenvolvimentista do trabalhismo³³ enquanto Rubem Nogueira construiu sua trajetória política no Integralismo dos anos 30, que se adaptou ao ambiente democrático inaugurado após o fim do Estado Novo sob o abrigo do PRP³⁴.

Na Assembleia Legislativa da Bahia houve maior pulverização, com 10 partidos representados. No entanto, PSD, com 19 deputados e UDN, com 12, dominaram os votos do eleitorado, ao lado do PR, com 10 deputados. O bacharelismo também marcou a composição desta legislatura, com 20 deputados estaduais bacharéis em direito, dos 60 eleitos. O professor Pedro Manso Cabral, da Faculdade de Direito da Universidade da Bahia estava entre eles, embora tivesse se licenciado entre setembro de 1960 e julho de 1962 para assumir a Secretaria Estadual do Interior e Justiça no governo juracista. Além dos titulares, nove bacharéis foram suplentes que assumiram em algum momento o mandato.³⁵

Os bacharéis, e especialmente os bacharéis professores, também estavam presentes na composição do primeiro escalão do governo Juracy Magalhães. Josaphat Marinho, professor catedrático de direito constitucional, foi Secretário do Interior e Justiça entre 1959-1960 e Secretário de Finanças entre 1960-1961, saiu para presidir o Conselho Nacional de Petróleo a convite de Jânio Quadros. Pedro Manso Cabral, como acima mencionado, assumiu a pasta do Interior e Justiça com a saída de Josaphat Marinho e permaneceu até 1962. Finalmente, Aliomar Baleeiro (UDN), professor catedrático de ciência das finanças, foi Secretário de Finanças entre 1959-1960. Todos esses três quadros já eram iniciados na carreira política e um deles, Aliomar Baleeiro, merece destaque porque, embora tenha saído da Bahia para continuar sua carreira política na antiga capital da República, manteve vínculos fortes com seu Estado de origem e, para fins desta pesquisa, é considerado um bacharel-político baiano. Mesmo sendo um político de projeção nacional (teve uma atuação marcante na oposição aos governos Getúlio Vargas e Juscelino Kubitschek, integrando a chamada Banda de Música da UDN na Câmara dos Deputados³⁶), Aliomar não foi reeleito deputado federal pela Bahia em 1958. Para se manter no parlamento, deixou a Secretaria de Finanças em 1960 e concorreu à vaga de deputado constituinte no recém criado Estado da Guanabara, assumindo a cadeira neste mesmo ano³⁷. Para completar a participação de bacharéis em seu secretariado, Juracy também convidou o político-bacharel Tarilo Vieira de Melo, que estava sem mandato, para compor o seu primeiro escalão como Secretário de Viação e Obras, num movimento que visava atrair o PSD dissidente do balbino. Numa função técnica, mas cumprindo o papel de ser o representante do PSD no governo, o professor da Faculdade de Direito da Universidade da Bahia José Martins Catharino, catedrático de direito do trabalho, ocupou a função de Procurador Geral da Justiça³⁸.

Esse foi o quadro desenhado pelas eleições de 1958 e as posições ocupadas por bacharéis baianos com atuação na política nacional e estadual. No entanto, quando Jânio Quadros tomou posse em janeiro de 1961, a Bahia já se preparava para mais um processo

eleitoral, a acontecer em 1962, com atores políticos do campo do direito assumindo protagonismo mesmo sem exercer mandatos ou cargos no executivo.

A UDN, fortalecida com a vitória no plano nacional, elegeu um novo diretório estadual para conduzir a sucessão de Juracy Magalhães³⁹. Saiu da presidência Albérico Fraga, professor catedrático de direito judiciário civil da Faculdade de Direito da Universidade da Bahia, que veio a assumir a reitoria da sua Universidade (1961-1964)⁴⁰, para entrar Rui Santos. Por outro lado, o professor Nelson Sampaio, catedrático de teoria geral do estado, assumiu uma das vice-presidências, ao lado de Heitor Dias, Antônio Carlos Magalhães e Vasco Filho. Tanto um quanto outro foi cotado para ser o candidato udenista ao governo.

Do lado do PSD, o controle era disputado entre três bacharéis com presença marcante na política baiana e nacional. A corrente majoritária era liderada pelo ex-governador Antônio Balbino, que, como Ministro da Educação no Governo Vargas (1953-1954), construiu laços com o trabalhismo do PTB e, como governador da Bahia (1955-1959)⁴¹, teve a sua gestão marcada pela ênfase no planejamento econômico, iniciando o processo de modernização da economia e da Administração Pública na Bahia, sob o comando de Rômulo Almeida⁴² (PTB). Numa outra corrente, Tarcilo Vieira de Melo, um dos articuladores da fundação do PSD baiano em 1945, era ligado a Juscelino Kubitschek⁴³, e, depois de ir temporariamente para o PDC concorrer ao governo estadual em 1958, como acima mencionado, estava de volta ao partido, disputando hegemonia no âmbito estadual com o balbinismo enfraquecido e desprestigiado nacionalmente. Entre eles, atuando pela tangente da política estadual, mas com forte presença no âmbito nacional, aparecia a liderança de mais um político-bacharel, Antônio Oliveira Brito, que, deputado federal desde 1951, em maio de 1961 assumiu a vice-liderança da maioria na Câmara dos Deputados⁴⁴.

Embora fosse um partido forte no âmbito nacional (a terceira bancada no Congresso), na Bahia o PTB era um partido sem uma liderança local consistente e por isso, guiado pelos interesses do diretório nacional que, por vezes preferiu investir em candidaturas de outras agremiações políticas em sacrifício do partido no âmbito regional⁴⁵. Os seus fundadores já não estavam mais vivos (Landulfo Alves e Medeiros Neto⁴⁶) e nesse período era controlado por Clémens Sampaio, um bacharel que se graduou depois iniciada sua carreira na política⁴⁷, considerado tanto por Waldir Pires⁴⁸, quanto por Rômulo Almeida⁴⁹, como um quadro incapaz de promover e fortalecer o trabalhismo na Bahia. Em 1961 o PTB tinha apenas dois deputados federais (Fernando Sant'ana, um notório comunista abrigado no partido, e Clémens Sampaio), um senador eleito em 1954 (Lima Teixeira) e quatro deputados estaduais.

Do lugar que ocupavam, os bacharéis baianos participaram de alguma forma das disputas políticas travadas durante o curto governo Jânio Quadros. Em campos opostos, quando os debates eram travados em torno do programa econômico ou de uma pauta nacionalista “emprestada do trabalhismo” com algumas mitigações, ou unidos no mesmo campo quando a pauta se relacionava a uma reivindicação regionalista.

3 Bacharéis baianos no breve governo de Jânio Quadros: entre o programa econômico e a pauta nacional-desenvolvimentista

A candidatura de Jânio Quadros já estava lançada quando a UDN, sob influência do grupo de Carlos Lacerda, decidiu apoiá-la, derrotando a pré-candidatura de Jutahy Magalhães na convenção do partido. O governador baiano ficou abatido com a derrota, mas a campanha presidencial transcorreu com o seu apoio, que assegurou, inclusive, a participação do candidato udenista em debate organizado por estudantes da Faculdade de Direito da Universidade da Bahia, já mencionado. Ao final, obteve cerca de 43% dos votos baianos

contra 39% do seu principal concorrente, Henrique Lott⁵⁰. Mesmo oferecendo um percentual de votos menor que o do âmbito nacional (48%), como já mencionado, a Bahia foi contemplada na formação da equipe de governo.

A campanha presidencial de 1960 mobilizou tensões latentes na sociedade brasileira em torno da agenda nacional desenvolvimentista iniciada por Getúlio Vargas, incluindo a ampliação do pacto social proposto pelo varguismo. Para a pesquisadora Lourdes Sola, essas tensões foram acalmadas no governo JK em razão do susto provocado pela tentativa golpista de 1955 e do programa de aceleração do desenvolvimento (50 anos em 5), mas voltaram com vigor nos anos 60⁵¹. A sociedade brasileira já não era mais predominante agrária e rural, o processo de industrialização encontrava-se em fase de amadurecimento e a urbanização se acelerava, provocando demandas por mudanças estruturais dentro do próprio sistema capitalista, de modo a superar suas contradições com promoção de igualdade social, como fizeram os países europeus no pós guerra⁵².

No entanto, a demanda por desenvolvimento convivia com a necessidade de enfrentar uma crise econômico-financeira legada pelo governo de Juscelino Kubitschek, marcada pelo descontrole dos gastos públicos, desequilíbrio na balança de pagamento e uma inflação em expansão⁵³.

Dois propostas foram desenhadas para enfrentar essas demandas. De um lado um projeto nacionalista, orientado pela defesa da intervenção estatal na atividade econômica para maior distribuição da riqueza nacional. De outro, um projeto liberal, em defesa da abertura do mercado nacional para o capital estrangeiro, que impunha prioridade absoluta a um programa de contenção da crise econômica⁵⁴. Os discursos pelas reformas de base e em torno de uma pauta nacionalista na política externa e interna não foram introduzidos pelo governo João Goulart ou exclusivamente por sua campanha; foram temas presentes também na campanha eleitoral de Jânio Quadros⁵⁵, de olho nos votos dos trabalhadores e da burguesia nacional menos atrelada ao capital internacional. O grau de compromisso com a implementação dessas reformas, no entanto, esbarrava na sua base de sustentação partidária, que representava interesses de setores da burguesia brasileira aliados ao capital internacional. É importante ainda lembrar que essa disputa por modelos de desenvolvimento ocorria no ambiente ideologicamente polarizado da guerra fria.

Jânio Quadros, apesar da expressiva votação que obteve nas urnas, assumiu o governo sem base parlamentar, uma vez que a oposição formal ao seu governo constituiu o bloco da maioria no Congresso Nacional⁵⁶. Ainda teve de conviver com um vice-presidente eleito por partido de oposição, embora haja registros de que tenha endossado a chapa “oficiosa” Jan-Jan, lançada já em 1959, quando foram definidas as candidaturas⁵⁷. Nesse cenário, tentou implementar pautas próprias da agenda trabalhista, de cunho nacional-desenvolvimentista, ao mesmo tempo em que emplacava um programa econômico liberal, defendido por sua base parlamentar.

O programa econômico de Jânio Quadros começou a ser implantado logo no início do governo, por instrumentos normativos que não dependiam da participação do Congresso. Seguindo o receituário do FMI, sua principal expressão foi a edição da Instrução SUMOC⁵⁸ 204 (13 mar 1961), sob o comando do Ministro da Fazenda, o baiano Clemente Mariani, figura central da política liberalizante do governo. Foi uma medida destinada a unificar as taxas de câmbio e submetê-la ao regime flutuante, que atendeu aos interesses do capital estrangeiro, mas não produziu efeitos positivos sobre a economia brasileira. O impacto sobre o custo de vida atingiu duramente a classe trabalhadora⁵⁹ e as medidas de contenção de crédito, que acompanhavam a liberalização do câmbio, começaram a causar insatisfação também na classe empresarial⁶⁰. Como consequência da perda de apoio soci-

al, seja da classe trabalhadora, seja dos grupos empresariais, o programa de estabilização econômica endossado pelo FMI começou a sofrer alterações a partir de junho de 1961⁶¹.

Também desenvolvida no âmbito exclusivo do Poder Executivo, mas assumindo um tom nacionalista, a Política Externa Independente (PEI) do governo Jânio Quadros foi catalisadora, por um lado, de insatisfações da parte de setores políticos conservadores da sua base de sustentação parlamentar, e, por outro lado, de apoios da parte do bloco de oposição. Conduzida pelo chanceler Afonso Arinos, segundo Paulo Vizontini foi o aprofundamento da política externa iniciada por Vargas em 1951, pautada na aproximação dos EUA em troca de auxílio financeiro para a industrialização do país⁶². Consistiu numa aproximação pragmática do bloco soviético⁶³, em busca da ampliação de mercado para produtos brasileiros. No âmbito da América Latina, sustentou-se no princípio da autodeterminação dos povos para defender a soberania de Cuba. Apesar de contrariar pretensão de alinhamento automático com os EUA no jogo geopolítico, foi uma política tolerada pela superpotência, que enxergava no governo janista um aliado confiável para promover medidas econômicas favoráveis aos investimentos de empresas norte-americanas no Brasil⁶⁴. Jânio manipulava com a PEI, justificando-a perante autoridades diplomáticas dos EUA como estratégia de acomodação interna das esquerdas para assegurar o seu programa econômico e invocando-a para barganhar auxílio financeiro internacional⁶⁵.

É mais ou menos quando o programa econômico do governo começa a degradingolar (junho de 1961), que Jânio Quadros retoma o diálogo com o Congresso Nacional, e mais especialmente com a maioria oposicionista, para tentar promover aproximações após um início de governo gravado por tensões entre o Poder Executivo e o Poder Legislativo⁶⁶. O governo passou a assumir como prioridade junto ao Parlamento, a pauta das chamadas reformas estruturais, que envolvia a reforma agrária, reforma do ensino universitário, reforma dos códigos, reforma bancária, regulamentação da remessa de lucros ao exterior e regulamentação antitruste⁶⁷.

Em fevereiro de 1961, o Presidente anunciou que desencadearia o processo de reforma dos códigos brasileiros. Ao que parece, o anúncio não provocou interesse imediato pelo debate no meio jurídico baiano, conforme opinião publicada pelo articulista da coluna Notícias Forenses do Jornal A Tarde

Os meios jurídicos, ao que parece, não emprestaram maior importância à determinação do Presidente Jânio Quadros, autorizando um estudo para a reforma de alguns Códigos.⁶⁸

Estava em pauta a reformulação de Códigos elaborados sob a égide do pensamento jurídico do século XIX, como o Código Civil de 1916 e o Código Comercial de 1850⁶⁹, portanto, em desacordo com transformações de ordem econômica e social verificadas na sociedade brasileira do século XX. Outros Códigos, destacadamente os de Processo Civil de 1939, Processo Penal de 1941 e Penal de 1942 foram elaborados sob inspiração de um pensamento jurídico autoritário, pelas mãos do Ministro da Justiça do Estado Novo, Francisco Campos, conferindo amplos poderes ao Estado juiz na condução do processo e privilegiando o interesse social em detrimento das garantias individuais⁷⁰. O amadurecimento do ambiente democrático instaurado pela Constituição de 1946 não reconhecia as premissas que sustentavam a regulação do processo judicial e da criminalização de condutas no Brasil.

A impressão manifestada pelo articulista do Jornal A Tarde não refletia, no entanto, o envolvimento de juristas baianos no debate sobre a necessidade de atualização do direito frente às rápidas transformações a que a sociedade brasileira vinha se submetendo. Nesse sentido, Orlando Gomes ficou nacionalmente conhecido quando já em 1955 denunciou a defasagem entre a técnica jurídica do século XIX empregada no Código Civil

de 1916 e as demandas do século XX por mudanças mais profundas na dogmática jurídica que uma simples hermenêutica de atualização⁷¹. Para ele, o verdadeiro jurista não deve se limitar a interpretar a norma, deve também olhar para a realidade social e “reconhecer que o fator jurídico reage sobre o econômico, não sendo mero produto ou simples forma que se amolda ao conteúdo”⁷². Em sua obra que se tornou referência para o debate da reforma do direito, o jurista baiano foi pioneiro em identificar a tendência pela publicização, e o que ele chamou de humanização, do direito privado, o que impunha novas abordagens jurídicas sobre as obrigações e a propriedade, por exemplo⁷³.

Provavelmente, a ausência de reação da comunidade jurídica possa ser tributada à inconsistência com que o projeto de reforma dos códigos foi inicialmente conduzido pelo governo, ao solicitar sugestões da comunidade jurídica em geral, sem muita objetividade. A estratégia de condução foi criticada pelo presidente do Instituto dos Advogados do Brasil, João de Oliveira Filho, provocado a se pronunciar pelo Correio da Manhã

Vamos perder tempo. O que devia fazer era coisa prática. Escolher certo jurista que se incumbisse de elaborar ante-projeto de cada um dos códigos (...) ⁷⁴

Em julho o governo adotou medidas mais concretas e convidou eminentes juristas para elaborar anteprojetos de cada código: Alfredo Buzaid ficou encarregado do Código de Processo Civil, Hélio Tornaghi do Código de Processo Penal, Nelson Hungria do Código Penal e Orlando Gomes do Código Civil. A comunidade jurídica baiana comemorou o convite com um jantar que contou também com a adesão das comunidades acadêmica e empresarial, setores por onde transitava o homenageado⁷⁵.

Ao contrário da reforma dos códigos que não atraiu imediatamente a atenção da imprensa e do público em geral, a reforma agrária, desde que foi anunciada por Jânio Quadros como parte do programa de reformas estruturais, tornou-se objeto de debates e controvérsias, além de mobilizar o governo e o Congresso Nacional.

Em 17 de abril o Presidente constituiu um Grupo de Trabalho informal, com participação dos baianos Nestor Duarte e Rômulo Almeida, para “definir a agenda das medidas reclamadas pela implantação da reforma agrária, com a elaboração do Estatuto da Terra”⁷⁶. Rômulo Almeida foi convidado pelo seu conhecido currículo em planejamento governamental, uma vez que não tinha vínculo político com o governo Jânio Quadros⁷⁷, conferindo ao grupo caráter técnico. Já Nestor Duarte, além de deputado federal da base aliada (eleito pela coligação UDN-PL), era vice-líder da minoria na Câmara dos Deputados. No entanto, ele também ocupava uma posição de especialista no grupo, pois como deputado federal foi autor do primeiro projeto de reforma agrária apresentado ao Congresso Nacional em 1947⁷⁸, abrindo um debate público sobre matéria que mobilizou e provocou controvérsias ao longo da vigência da Carta de 1946, sem produzir consensos que conduzissem a uma solução do problema⁷⁹. Além disso, como acadêmico, Nestor Duarte publicou uma obra considerada referência sobre o tema em que discutiu as bases teóricas do projeto apresentado ao parlamento⁸⁰.

Nestor Duarte também se envolveu com a agenda nacionalista, inclusive a PEI, e o programa de reformas sociais de Jânio Quadros, chegando a enfrentar lideranças da UDN e do PL insatisfeitas com essa pauta governista, a ponto de afirmar “Eu sou governista. Cada vez mais governista. Falta-me para romper com o Governo, estado de espírito”⁸¹. A aproximação com esta, que passou a ser a pauta principal do governo junto ao Congresso Nacional, resultou na indicação do seu nome para liderança do governo na Câmara dos Deputados no final de junho⁸².

O momento era delicado para um governo marcado por ações confusas e contraditórias, que não conseguia agradar nem sua base de sustentação partidária, inconformada

especialmente com a Política Externa Independente, nem o bloco oposicionista, insatisfeito com o programa econômico. Os dois lados desconfiavam das ambições autoritárias de Jânio Quadros a partir de ações e omissões que revelavam pouco apreço ao diálogo com o parlamento⁸³.

No entanto, em torno da reforma agrária parece ter havido alguma convergência de esforços para um diálogo produtivo, já que havia um certo consenso acerca do impacto negativo da concentração fundiária para qualquer agenda de desenvolvimento. Além do mais, a pressão dos trabalhadores rurais por inclusão na cidadania, principalmente por meio das Ligas Camponesas, assustava as elites, cujo sentimento sobre a questão poderia ser sintetizado nos termos do editorial do Correio da Manhã,

“A reforma agrária brasileira não será um ato revolucionário. Será, ao contrário, um ato de conservação da nacionalidade (...)”⁸⁴

Este mesmo jornal, no encarte especial de domingo, dedicou um espaço grande para comentar a recém aprovada Lei de Revisão Agrária de São Paulo sob o título “São Paulo dá terras antes que camponeses a tomem”⁸⁵.

O Grupo de Trabalho do governo e a Comissão Especial de Reforma Agrária da Câmara dos Deputados⁸⁶, num esforço de articulação, pareciam estar chegando a algum entendimento em torno do projeto a ser submetido à apreciação do Congresso⁸⁷. Certamente, a contribuição de Nestor Duarte como deputado da base parlamentar do Presidente, deve ter sido fundamental para fomentar esse diálogo. O seu nome era sempre mencionado nas notícias do Última Hora (jornal mais alinhado com a esquerda) sobre a reforma agrária. Ele chegou até mesmo a representar Jânio Quadros em Congresso de trabalhadores rurais realizado em Maringá-PR para discutir a questão fundiária, dividindo a mesa de encerramento com Francisco Julião⁸⁸, seu colega de parlamento e líder das Ligas Camponesas em Pernambuco, sofrendo ataques de setores locais da Igreja impregnados pelo anticomunismo⁸⁹.

É justamente em torno do discurso anticomunista que outro jurista baiano da UDN começa a se projetar no cenário nacional neste período. João Mendes da Costa Junior foi eleito deputado constituinte em 1946 e continuou a exercer o mandato até 1951, só voltando para o Congresso Nacional nas eleições de 1958. É no exercício deste mandato (1959-1963), durante o governo Jânio Quadros, em meio às insatisfações de parlamentares udenistas e afins, que João Mendes articula a rejeição à política externa de apoio a Cuba, reunindo 101 assinaturas para formar a Frente Parlamentar Conservadora, que ficou conhecida como Ação Democrática Parlamentar (ADP)⁹⁰. A partir de então guiará o seu mandato para combater o comunismo, se aproximando do discurso inflamado de Carlos Lacerda, pivô dos acontecimentos que desencadearam a renúncia do Presidente.

A polarização na política não começa, portanto, no governo João Goulart. É em torno das divergências sobre a política externa, programa econômico e reformas estruturais do governo Jânio Quadros, que parlamentares passam a se movimentar em duas grandes frentes interpartidárias: a ADP, criada em meio a essas disputas (maio/1961), e a Frente Parlamentar Nacionalista (FPN), criada no bojo do movimento nacionalista desencadeado no governo Kubitschek (1956), ganhando fôlego novo diante da polarização que começa a se desenhar. O que estava em jogo, na verdade, era, de um lado, um projeto nacional-desenvolvimentista, apoiado em forte intervenção estatal na economia e na realização de reformas sociais, que era associado ao PTB, mas foi endossado por setores de outros partidos reunidos na FPN. Do outro lado, segmentos conservadores de vários partidos que formaram a ADP percebiam este modelo com um projeto do comunismo para o Brasil e defendiam uma proposta de desenvolvimento econômico de caráter liberalizante e associado ao capital estrangeiro.

Em minucioso estudo sobre a atuação dessas duas frentes parlamentares, Guilherme Leite Ribeiro conseguiu fazer um levantamento da composição de cada uma delas entre 1961 e 1964. Alguns dos juristas políticos aqui estudados estão nessas listas: Cleoméns Sampaio (PTB), Hélio Cabal (PSD), Vieira de Melo (PSD) e Waldir Pires (PSD) faziam parte da FPN e Aluisio de Castro (PSD), Aliomar Baleeiro (UDN), João Mendes (UDN), Raimundo Brito (PR) e Rubem Nogueira (PRP) integraram a ADP. Essa informação nos oferece pistas sobre seus posicionamentos nas disputas que começam a ocorrer no governo Jânio Quadros, mas serão acentuadas durante todo o governo de João Goulart. Neste estudo, o pesquisador conseguiu demonstrar, inclusive, a fidelidade dos membros de cada uma das frentes às orientações para votações sobre temas importantes⁹¹.

CONCLUSÃO

O ano de 1961 começou com expectativas de mudanças no cenário político nacional, com a posse de um presidente eleito no ano anterior com expressiva votação, num processo eleitoral que parecia mostra sinais de algum de amadurecimento democrático. Desde a redemocratização em 1945, Jânio Quadros foi o primeiro presidente eleito sem o apoio do varguismo, um suspiro para as elites mais alinhadas com o capital estrangeiro, que nunca viram com bons olhos o projeto nacionalista de Vargas de inclusão da classe trabalhadora na cidadania. Mesmo que tenha sido eleito com o herdeiro direto de Getúlio Vargas, a posição de vice não representava uma capacidade de influência no governo.

Os ares mudancistas também chegaram na Faculdade de Direito da Universidade da Bahia, que neste mesmo ano também foi transferida para uma nova sede, num prédio de arquitetura modernista, onde até hoje funciona o mais antigo e tradicional curso de direito da Bahia. A implantação do curso noturno foi mais uma novidade deste ano, que significou não só a expansão de vagas, mas também a possibilidade de mudar o perfil do corpo discente ao facilitar o ingresso de alunos trabalhadores. Uma novidade que, como vimos, alimentou o debate entre o corpo docente sobre os desafios de adaptação do ensino jurídico às transformações sociais.

Um corpo docente que, por sinal, mantinha uma intensa produção acadêmica, participando da formação do pensamento jurídico brasileiro. Nomes como Orlando Gomes, Nestor Duarte, Aloísio de Carvalho, Nelson Sampaio, Josaphat Marinho, Machado Neto, entre outros, eram intelectuais respeitados no mundo jurídico.

Esses professores também participavam intensamente da vida política do país. Os arquivos nos mostraram que havia uma demanda por uma formação mais técnica, voltada para atuação profissional especializada. Por outro lado, os arquivos também mostraram que, mesmo diante de uma nova configuração da formação jurídica, os cursos de direito continuavam a formar ocupantes de cargos de poder. Pode ser que isso se explique pelo fato dos agentes históricos fazerem parte de outra geração, preparada intencionalmente para exercer o poder. Pode ser também que essa vocação da formação jurídica continuasse no imaginário social, mesmo que a matriz curricular do curso já fosse bem diferente da que foi pensada para o século XIX e início do século XX.

O fato é que, nos anos sessenta muitos professores da Faculdade de Direito ocuparam postos estratégicos de poder, tanto em âmbito regional, quanto em âmbito nacional. No exercício dessas funções dispunham de um capital simbólico reforçado, pois além da formação jurídica também atuavam na academia, influenciando na conformação da doutrina jurídica, também produtora do direito. Detinham e produziam um conhecimento valioso para o comando do Estado.

Em 1961 esses bacharéis-professores políticos estavam especialmente empolgados com o governo Jânio Quadros, já que, em sua maioria, eram membros da elite intelectual, financeira e social, legítimos representantes das chamadas “classes produtoras”, termo usado com frequência pelo Jornal A Tarde durante esse período para se referir à burguesia, proprietária dos bens de produção. Desse modo, dispondo de capital simbólico diferenciado, juristas baianos desempenharam papéis importantes no curto governo de Jânio Quadros, e um olhar detido sobre a atuação deles nos ajuda a compreender melhor alguns processos que desencadearam uma onda de instabilidade política, desembocando na ruptura de uma breve experiência democrática e mergulhando o país numa longa ditadura.

Por outro lado, o modelo desenvolvimentista inaugurado por Getúlio Vargas diversificou a economia, acelerou o processo de urbanização e incluiu na cidadania a classe trabalhadora urbana, o que tornou o sistema político mais complexo, na medida em que ficava mais sensível a demandas por igualdade social, ignoradas e sufocadas durante a Primeira República. Como vimos, além de vir acompanhada por João Goulart, um vice trabalhista, a expressiva votação de Jânio Quadros também foi devedora de compromissos de campanha, ainda que retóricos, com pautas próprias do trabalhismo, entre elas, a da reforma agrária. A promessa de reformas sociais no campo vinha desde o segundo governo de Getúlio Vargas, aquele que foi democraticamente eleito e tragicamente interrompido com o seu suicídio.

Essas transformações, como não poderia deixar de ocorrer, também repercutiram sobre os posicionamentos políticos dos bacharéis que transitavam pelo poder. Um grupo que sempre foi politicamente homogêneo, na medida em que majoritariamente vinculado aos interesses das classes dominantes, começava a se diversificar com mais consistência. De um lado, como vimos, o corpo discente da Faculdade era política e culturalmente ativo, fazia parte de uma juventude urbana conectada com as aspirações por transformações sociais, pulsantes no Brasil daquele momento.

Do lado do corpo docente, nosso foco de análise, a maioria dos juristas estudados transitavam entre as forças políticas conservadoras, nas hostes da UDN e PL majoritariamente. Afirmavam-se liberais democratas, e a partir dessa identidade se formaram politicamente na oposição à ditadura Vargas. No interregno democrático (1945-1964) continuaram a atuar na oposição à continuidade do projeto varguista, alguns bem próximos de ultrapassar o limite do compromisso com a estabilidade democrática, a exemplo de Aliomar Baleeiro, membro da chamada “Banda de Música”, grupo de parlamentares udenistas diretamente responsável pelo ambiente de instabilidade que, não fosse o suicídio de Vargas, poderia desencadear um golpe de Estado. Com a eleição de Jânio Quadros, finalmente tornaram-se governistas e participaram do governo, seja ocupando postos importantes na assessoria da presidência, como Clemente Mariani e Josaphat Marinho, seja atuando na base de apoio parlamentar no Congresso como Aloisio de Carvalho, Luis Viana Filho e Nestor Duarte. Entre eles, alguns como Aliomar Baleeiro, Luiz Viana Filho e Nelson Sampaio iriam participar dos movimentos contrários o governo João Goulart que antecederam o golpe de 1964. Posteriormente se juntariam a outros colegas, como Orlando Gomes e Calmon de Passos. Esses e outros aspectos da atuação desses juristas serão observados com atenção em pesquisas que continuam a ser realizadas.

Por agora, e na esteira do que acabamos de observar sobre a diversificação do perfil político-ideológico do bacharelismo na política, foi intrigante, ao longo dessa fase inicial da pesquisa, identificar a permanência, com lealdade, de Nestor Duarte e Josaphat Marinho nas trincheiras da UDN-PL até o golpe de 1964, mesmo sem ter participado da desestabilização e da conspiração que derrubou um governo constitucional. Isso porque são dois nomes identificados com o projeto da esquerda em muitos aspectos. Como vimos,

Nestor Duarte, na condição de líder do governo no parlamento, se empolgou com a agenda reformista que Jânio Quadro tentou imprimir, especialmente com a proposta de reforma agrária e previsão de direitos para os trabalhadores do campo. Josaphat Marinho, em depoimento mencionado neste artigo, afirma que sempre se identificou como um homem público de esquerda, tendo como referência e inspiração a trajetória política de João Mangabeira. Sabemos que ambos se afastaram do grupo de apoio aos militares no poder, mas buscaremos, com cuidado e curiosidade, conhecer como efetivamente se posicionaram nos debates travados durante o governo João Goulart.

Por fim, ainda na esteira das observações sobre a formação de um discurso jurídico-político alinhado com posicionamentos ideológicos da esquerda daquele período, um olhar sobre a atuação de Waldir Pires, João Mangabeira e Hermes Lima nos ajudará a perceber a elasticidade das interpretações sobre o direito e o sentido da legalidade num período de grande instabilidade política. São juristas que não aparecem no governo Jânio Quadros, mas terão grande visibilidade na crise desencadeada com a renúncia, e ao longo de todo o governo João Goulart. O primeiro, formado politicamente nas fileiras do PSD, se manteve fiel ao reformismo social de Jango, atuando como Consultor Geral da República e como constitucionalista (era professor de Direito Constitucional, primeiro na Faculdade Católica de Direito em Salvador, e depois na Universidade de Brasília), ajudou a encontrar saídas jurídicas para dar seguimento ao projeto de reformas apesar dos entraves no Congresso. O segundo, como já mencionado, uma referência no campo da esquerda (desde a redemocratização se vinculou ao PSB) e do pensamento jurídico, era respeitado e admirado por seus pares, independente de afinidade político-ideológica. Veremos que foi um defensor contundente da posse de João Goulart no regime presidencialista, articulando um discurso jurídico que configurava a emenda parlamentarista como um golpe parlamentar. Assim que foi definido o fim do parlamentarismo integrou o ministério de Jango e dele só saiu quando a campanha de desestabilização atingiu seu filho, Francisco Mangabeira, que ocupava a presidência da PETROBRAS. Finalmente, Hermes Lima, outro respeitado jurista da esquerda trabalhista, participou dos governos parlamentarista e presidencialista de João Goulart e foi por ele indicado para o Supremo Tribunal Federal, de onde saiu compulsoriamente em 1969 ao ser aposentado diante da aplicação do AI-5.

REFERÊNCIAS

Notícias de jornal

Jornal A Tarde, BANQUETE ao jurista que reformará o Código Civil., 24 ago de 1961, p.3

Jornal A Tarde, CURVELO, José Hormino. A reforma do direito. 16 de mar de 1961, p. 4.

Jornal Correio da manhã, SÃO Paulo dá terra antes que camponeses a tomem. 10 fev 1961, p. 30.

. Jornal Correio da manhã, PRESIDENTE do IAB discorda do governo e pede mais ação para a reforma dos códigos 28 de mar de 1961, p. 11.

Jornal Correio da manhã, REFORMA informal. 19 abr 1961, p. 06.

Jornal Última Hora, JÂNIO cria grupo para promover “urgentemente”, a reforma agrária., 18 abr. 1961, p.4.

Jornal Última Hora, CONSTRANGIDA a UDN com a entrevista de Jânio. 31 mai 1961, p.4.

Jornal Última Hora, LÍDER interino na Câmara. 27 jun 1961, p. 4
Jornal Última Hora, JQ exige urgência nas reformas sociais. 8 jul 1961, p. 4.
Jornal Última Hora, DIRIGIDOS por padres tentaram acabar com Congresso camponês, 15 ago 1961, p. 2.
Jornal Última Hora, ENCERRADO o Congresso camponês em Maringá, 16 ago 1961, p. 2.
Jornal Última Hora, TODAS as correntes apoiam a reforma agrária. 24 jul 1961, p.4.

Periódicos da época

BRITO, Edvaldo Pereira de. A nova escola. In Revista da Faculdade de Direito, vol. XXXIV, 1959-1961. p.323-324
GOMES, Orlando. Reestruturação do curso jurídico. In Revista Forense. Rio de Janeiro. abr-mai-jun, 1961. P. 459-466
GOMES, Orlando. A nova sede da Faculdade. In Revista da Faculdade de Direito, vol. XXXIV, 1959-1961. p.322.
SAMPAIO, Nelson. Minha faculdade: ontem e hoje. In Revista da Faculdade de Direito, vol. XXXIV, 1959-1961, p.325-335

Arquivo CPDOC

Relatório 1961 Procuradoria Geral de Justiça JM 75-f
ALMEIDA, Rômulo. Rômulo Almeida (depoimento; 1988). Rio de Janeiro, CPDOC/FGV – SERCOM Petrobrás, 1988.199 p. dat. (Projeto Memória da Petrobrás)

Internet

ABREU, Alzira Alves de et al (coords.). Dicionário Histórico Bibliográfico Brasileiro – Pós 1930. Rio de Janeiro: CPDOC (on line). Disponível em <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/arquivo> Acesso em 27 fev. 2019.
BAHIA. ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA. Disponível em <http://www.al.ba.gov.br/deputados/ex-deputados-estaduais/legislatura/4> Acesso em 27 fev 2019.
BRASIL. TSE. Dados estatísticos das eleições federais, estaduais, realizadas no Brasil em 1958 e em confronto com as anteriores. V. 4. Disponível em <http://bd.camara.gov.br/bd/handle/bdcamara/12996> Acesso em 01 mar 2019.
_____. Dados Estatísticos Eleições Federais e Estaduais Quadros comparativos dos pleitos entre 1945 e 1963. v. 7. Disponível em <http://bd.camara.gov.br/bd/handle/bdcamara/13040> Acesso em 19 mar 2019.
BRASIL, CÂMARA DOS DEPUTADOS. Disponível em www2.camara.leg.br/acamara/documentos-e-pesquisa/arquivo/depoimentos/Memoria%20Politica/Depoimentos/josaphat-marinho.html/texto.html Acesso em 19 mar 2019.

Livros

BENEVIDES, Maria Victória. A UDN e o undenismo. Ambiguidades do liberalismo brasileiro (1945-1965). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

BOAVENTURA, Edivaldo M. A construção da universidade baiana: objetivos, misões e afrodescendência. Salvador: Editora da Universidade Federal da Bahia, 2009.

BORG, Walter. Investigación educacional: una introducción. In: HAYMAN, J. C. Investigación y educaión. Buenos Aires: Paidós, 1974.

CERTEAU, Michel. de. A escrita da história. Rio de Janeiro, Forense Universitária, 1982.

DANTAS NETO, Paulo Fábio. Tradição, autocracia e carisma. A política de Antônio Carlos Magalhães na modernização da Bahia (1954-1974). Belo Horizonte: Editora UFMG; Rio de Janeiro: IUPERJ, 2006.

DOMBROWSKI, Osmir. Ordem privada e reforma agrária em Nestor Duarte. In Lua Nova: Revista de Cultura e Política, São Paulo, n. 49, 2000, p. 225-240.

FARIA, José Eduardo. Juristas fora da curva: três perfis. In Revista Direito FGV. Vol 12, n.2, p. 272-310 mai - ago, 2016.

FICO, Carlos. Além do golpe: versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar. Rio de Janeiro/São Paulo: Record. 2004.

FONSECA, Ricardo Marcelo. Introdução teórica à história do direito. Curitiba: Juruá, 2012.

JOSÉ, Emiliano. Waldir Pires: biografia. Vol. 1 Rio de Janeiro: Versal Editores. 2018.

LOPES, José Reinaldo de Lima. O Direito na história. São Paulo: Atlas, 2010.

LOUREIRO, Felipe Pereira. Varrendo a democracia: considerações sobre as relações políticas entre Jânio Quadros e o Congresso Nacional. Revista Brasileira de História. São Paulo. V. 29, n. 57, p. 187-208, 2009.

_____. Empresários, trabalhadores e grupos de interesse: a política econômica nos governos Jânio Quadros e João Goulart, 1961-1964; orientador Renato Perim Colistete, Tese (Doutorado em História Econômica), Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 2012.

LÜDKE, Menga.; ANDRÉ, Marli E.D.A. Pesquisa em educação: abordagens qualitativas. São Paulo, EPU, 1986.

HOCKETT, Homer. The critical method in historical research and writing. New York: Macmillan, 1955.

MONIZ BANDEIRA, Luiz Alberto. O governo João Goulart: As lutas sociais no Brasil, 1961-1964. 7ª ed. revista e ampliada. Rio de Janeiro: Revan; Brasília: EdUnB, 2001.

NORA, P. 1993. Entre memória e história: a problemática dos lugares. Revista Projeto História, 10:7-28.

RIBEIRO, Guilherme Leite. Unidade na diversidade: as forças das frentes parlamentares no governo João Goulart (1961-1964). Orientadora Maria Celina Soares D'Araújo. Dissertação (mestrado). Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Departamento de Ciências Sociais. 2016.

ROCHA, Julio Cesar de Sá da. O jovem Glauber Rocha, o Direito e o Cinema. <https://www.revista-pub.org/post/13072019>. Último acesso em 20.10.2019.

SOLA, Lourdes. Idéias econômicas, decisões políticas: desenvolvimento, estabilidade, populismo. São Paulo: EDUSP: FAPESP. 1998.

VIZENTINI, Paulo G. Fagundes. O nacionalismo desenvolvimentista e a política externa independente. Revista Brasileira de Política Internacional, vol. 37, n. 1 Brasília, 1994 p. 24-36.

WOLKMER, Antônio Carlos. História do direito no Brasil. 9ª ed. Rio de Janeiro: Forense. 2015.

NOTAS

¹ O Laboratório de História do Direito tem sido coordenado pelo Professor Carlos Freitas com a participação de docentes e bolsistas de iniciação científica. A Comissão da Verdade Eduardo Collier Filho foi criada pela Congregação Faculdade de Direito da UFBA, composta pelos docentes Carlos Freitas (relator) e Julio Cesar de Sá da Rocha (coordenador), Maria Solenar Nascimento (representante servidores técnico-administrativos) e representação estudantil. Foi disponibilizado em site Relatório Da Comissão de Memória e Verdade Eduardo Collier Filho Da Faculdade de Direito Da UFBA.

² O Memorial da Faculdade de Direito é coordenado pela Arquivista Maria Solenar do Nascimento desde sua criação (2012), na Gestão do então Diretor da FDUFB Celso Castro.

³ Pesquisas na História do Direito têm sido conduzidas no Programa de Pós-Graduação em Direito, com especial registro a orientação do Professor Dr. José A. Sacchetta (IHAC UFBA) em dissertações de mestrado e teses de doutorado.

⁴ BORG, Walter. Investigación educacional: una introducción. In: HAYMAN, J. C. Investigación y educación. Buenos Aires: Paidós, 1974, p. 81.

⁵ WOLKMER, Antonio Carlos. História do direito no Brasil. 9ª ed. Rio de Janeiro: Forense. 2015.

⁶ HOCKETT, Homer. The critical method in historical research and writing. New York: Macmillan, 1955.

⁷ FICO, Carlos. Além do golpe: versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar. Rio de Janeiro/São Paulo: Record. 2004.

⁸ BOAVENTURA, Edivaldo M. A construção da universidade baiana: objetivos, missões e afrodescendência. Salvador: Editora da Universidade Federal da Bahia, 2009.

⁹ Ibidem. p. 124.

¹⁰ No discurso proferido na inauguração, o então Presidente do Centro Acadêmico Rui Barbosa, Edivaldo Brito, ressalta as críticas provenientes de outras Escolas da Universidade que reivindicavam prioridade na construção de novos prédios. BRITO, Edivaldo Pereira de. A nova escola. In Revista da Faculdade de Direito, vol. XXXIV, 1959-1961. p.323-324. Salvador: Arquivos da Universidade da Bahia., 1961.

¹¹ SAMPAIO, Nelson. Minha faculdade: ontem e hoje. In Revista da Faculdade de Direito, vol. XXXIV, 1959-1961, p.325-335. Salvador: Arquivos da Universidade da Bahia. 1961. P. 326-327.

¹² SAMPAIO, Nelson. Op. cit. p.330

¹³ GOMES, Orlando. A nova sede da Faculdade. In Revista da Faculdade de Direito, vol. XXXIV, 1959-1961. p.322. Salvador, 1961

¹⁴ SAMPAIO, Nelson. Relatório do diretor – exercício de 1961. Op. cit. p. 394

¹⁵ Ibidem.

¹⁶ Nelson Sampaio destaca no já mencionado relatório os esforços para aprimoramento do ensino prático. Op. cit.p. 394.

¹⁷ Orlando Gomes também conduzia um debate em âmbito nacional sobre a crise do direito e a demanda por reformas que adequassem o corpo normativo brasileiro à modernização capitalista empreendida por Getúlio Vargas a partir da década de 30. Em razão disso, o seu nome foi lembrado para elaborar o anteprojeto de um novo Código Civil, parte do projeto de reforma dos códigos iniciado por Jânio Quadros e continuado por João Goulart como veremos a seguir.

¹⁸ FARIA, José Eduardo. Juristas fora da curva: três perfis. In Revista Direito FGV. Vol 12, n.2, p. 272-310 mai-ago, 2016. P. 277.

¹⁹ GOMES, Orlando. Reestruturação do curso jurídico. In Revista Forense. P. 459-466. Rio de Janeiro. abr-mai-jun, 1961. P. 465.

²⁰ SAMPAIO, Nelson. Relatório do diretor – exercício de 1961. Op. cit. p.392.

²¹ A posição ocupada por esses professores será destacada mais adiante.

²² Essa publicação, além de conter produção doutrinária dos professores da casa e de fora dela, também funcionava como um veículo de prestação de contas da gestão acadêmica. Assim, publicava relatório

anual apresentado pelo diretor à Congregação, discursos proferidos em eventos acadêmicos e até provas de concurso para catedrático.

²³ Título concedido no bojo da celebração dos seus oitenta anos em 1960. Cf. Revista da Faculdade de Direito, vol. XXXIV, 1959-1961. p.278-291. Salvador, 1961.

²⁴ Embora afastados da Bahia, João Mangabeira, Aliomar Baleeiro e Hermes Lima, são considerados nesta pesquisa como juristas baianos que participaram da condução política de questões jurídicas e contribuíram com o debate jurídico sobre questões políticas do período estudado.

²⁵ Destacamos entre esses discípulos dois outros personagens dessa pesquisa, Josaphat Marinho e Waldir Pires, a partir de fontes a que tivemos acesso no curso da sua realização. Assim, Josaphat Marinho declarou em entrevista concedida ao Programa de Memória Política, da Câmara dos Deputados, a influência do pensamento político e filosófico de João Mangabeira sobre sua trajetória intelectual e política. Cf. MARINHO, Josaphat. Entrevista ao Programa Memória Política. Disponível em <http://www2.camara.leg.br/a-camara/conheca/historia/historia/oral/Memoria%20Politica/Depoimentos/josaphat-marinho.html/texto.html> Acesso em 19 mar 2019. No mesmo sentido, o depoimento prestado por Waldir Pires a Emiliano José, autor da sua biografia. Cf. JOSÉ, Emiliano. Waldir Pires: biografia. Vol. 1 Rio de Janeiro: Versal Editores. 2018

²⁶ Para a notícia da informação sobre a realização do debate conferir SAMPAIO, Nelson. Minha faculdade: ontem e hoje. Op. cit. p. 330. Para notícia sobre o ambiente de turbulência em torno da disputa de ideias, ver entrevista de Josaphat Marinho já mencionada, em parte que ele destaca a sua atuação na mediação do debate em face de hostilidades proferidas por um grupo de estudantes contra o candidato Jânio Quadros, como início de aproximação que ensejou convite para compor seu governo.

²⁷ Sob a égide da Constituição de 1946 as eleições não ocorriam ao mesmo tempo no território nacional. Por isso, as eleições da Bahia não coincidiam com a eleição presidencial. Outra característica do funcionamento do processo eleitoral era a ocorrência de eleições distintas para a presidência e vice-presidência, o que permitia a eleição de presidente de uma chapa e a de vice de outra. Muitas Constituições estaduais, a exemplo da baiana, seguiram esse modelo, permitindo a escolha do governador de uma chapa e o vice de outra, como de fato ocorreu em 1958.

²⁸ A lei eleitoral desse período permitia que uma pessoa fosse candidata a mais de um cargo na mesma eleição.

²⁹ Esse número foi alcançado por meio de pesquisa no dicionário histórico biográfico do CPDOC a partir da lista de eleitos informada pelo TSE, *ibidem*. Cf. Alzira Alves de et al (coords.). Dicionário Histórico-Bibliográfico Brasileiro – Pós 1930. Rio de Janeiro: CPDOC (on line). Disponível em <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/arquivo>. Acesso em 27 fev 2019.

³⁰ Segundo o dicionário histórico biográfico do CPDOC, foi aprovado no concurso de livre docente de direito penal em 1954 (Cf. ABREU, Alzira Alves op. cit. Acesso em 27 fev 2019). No entanto, parece que pouco exerceu a docência na Faculdade de Direito até o período coberto por esta pesquisa (1961-1964), já que, como deputado federal ininterruptamente de 1955 a 1971, não manteve domicílio em Salvador. Além do mais, seu nome não aparece nas cadernetas do período 1960-1969 em levantamento realizado no Memorial da Faculdade de Direito.

³¹ A Concentração Autonomista se constituiu como frente de oposição ao governo de Getúlio Vargas sob a liderança de Octávio Mangabeira, participando das eleições de 1933 e 1934 para as Constituintes estadual e nacional. No âmbito estadual rejeitavam o interventor que veio do Ceará, Juracy Magalhães, e reivindicavam a Bahia para os baianos. A frente foi dissolvida em 1937 com a implantação do Estado Novo e a partir da redemocratização em 1945 seus quadros integraram a UDN baiana, juntamente com o grupo juracista que havia rompido com Vargas em 1937. A aliança entre juracistas e ex-autonomistas foi interrompida em 1950 quando alguns desses últimos se aproximaram de Getúlio Vargas, a exemplo de Regis Pacheco, que se elegeu governador derrotando Juracy Magalhães com o apoio do presidente eleito naquele pleito. Neste ano Octávio Mangabeira e o grupo de ex-autonomistas, formado por muitos dos juristas baianos aqui estudados, fundaram o PL na Bahia, que surgiu assim de uma dissidência da UDN. Nas eleições de 1958 os ex-autonomistas e juracistas reataram a aliança histórica e concorreram em coligação. Aloysio de Carvalho, Luis Viana Filho, Nestor Duarte e Josaphat Marinho faziam parte desse grupo que circulou entre a UDN e o PL no período aqui estudado. Cf. DANTAS NETO, Paulo Fábio. Tradição, autocracia e carisma. A política de Antônio Carlos Magalhães na modernização da Bahia (1954-1974). Belo Horizonte: Editora UFMG; Rio de Janeiro: IUPERJ, 2006. Contribuições adicionais realizadas pelo cientista político, Paulo Fábio Dantas Neto

³² Em mandatos anteriores na Câmara dos Deputados (1946-1947; 1951-1955 e 1955-1959), defendeu pautas progressistas como o divórcio e a reforma agrária. Eleito como quarto suplente pela UDN em 1958, assumiu a cadeira entre junho de 1959 e julho de 1962, quando apoiou a Política Externa Independente.

dente do governo Jânio Quadros. Entre fevereiro e agosto de 1961 ocupou a liderança e vice-liderança do governo junto à Câmara dos Deputados, participando ativamente dos debates sobre reforma agrária iniciadas neste período. Cf. ABREU, Alzira Alves de. Op. cit.

³³ Waldir não teria ingressado no PTB pois na Bahia, o partido não mantinha vinculações com setores mais avançados do sindicalismo como fazia a essa altura no âmbito nacional. Cf. JOSÉ, Emiliano. Waldir Pires: biografia. Vol. 1 Rio de Janeiro: Versal Editores. 2018. p. 311.

³⁴ Cf FERREIRA, Lais Mônica Reis. O integralismo na Bahia. Gênero, Educação e Assistência Social em O Imparcial 1933-1937. Salvador:EDUFBA. 2009. p.38.

³⁵ Cf BAHIA, ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA. Disponível em <http://www.al.ba.gov.br/deputados/ex-deputados-estaduais/legislatura/4> Acesso em 27 fev 2019.

³⁶ Na obra clássica de Maria Victória Benevides sobre a UDN e o udenismo, Aliomar Baleeiro não só é personagem fundamental na trajetória do partido, com foi fonte da autora, que faz referência ao seu depoimento em várias partes do livro. Cf. BENEVIDES, Maria Victória. A UDN e o udenismo. Ambiguidades do liberalismo brasileiro (1945-1965). Rio de Janeiro: Paz e Terra.1981. passim.

³⁷ No relatório da direção da Faculdade de Direito do ano 1961, Aliomar Baleeiro é mencionado como professor afastado temporariamente, tendo sido substituído pelo livre docente Silvio Santos Faria (Cf.. SAMPAIO, Nelson de Souza, Relatório do diretor – 1961. Revista da Faculdade de Direito da Universidade da Bahia. Vol 34. Ano 1959-1961. p. 391-397). No entanto, ele continuou sua trajetória política pela Guanabara, se elegendendo deputado federal em 1962. Em 1965 assumiu uma cadeira no STF em cargo criado pelo AI-2, que aumentou a composição do tribunal de 9 para 11 Ministros. Alzira Alves de ABREU et al (coords.). op. cit. Acesso em 27 fev. 2019. Mesmo tendo mudado seu domicílio eleitoral, sua nomeação foi festejada pelos golpistas baianos, que se sentiram prestigiados com a escolha

³⁸ O cargo de chefia do Ministério Público Estadual era da confiança do governador e não era necessariamente ocupado por um promotor público. José Martins Catharino, além de professor era advogado trabalhista militante e foi indicado pelo PSB para compor o governo de Juracy Magalhães na função de Procurador Geral do Estado. Em relatório anual José Martins Catharino menciona, inclusive, que colocou o cargo a disposição quando o PSB, em convenção estadual deliberou tomar posição de independência com relação ao governo do Estado e que decidiu continuar até quando o governador desejasse. Cf. Relatório 1961 da Procuradoria Geral de Justiça. CPDOC JM-75f p. 5-6

³⁹ JORNAL A TARDE, 11 de março de 1961, p. 02.

⁴⁰ Alberico Fraga, na condição de presidente do diretório regional da UDN em 1960, também presidiu a Comissão Interpartidária pró-Jânio Quadros na Bahia. Cf. Alzira Alves de ABREU et al (coords.). Dicionário Histórico-Bibliográfico Brasileiro – Pós 1930. Rio de Janeiro: CPDOC (on line). Disponível em <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/arquivo> Acesso em 27 fev. 2019.

⁴¹ Balbino foi eleito em 1954 numa candidatura que rachou o PSD baiano, firmando uma aliança histórica com a UDN juracista, costurada por Getúlio Vargas no plano nacional. Favorecida pela comoção provocada pelo suicídio de Vargas pouco antes do pleito eleitoral, a candidatura Balbino derrotou a alternativa apoiada pela elite tradicional, Pedro Calmon, o candidato do PSD “oficial”. A vitória representou a recepção tardia pela Bahia do projeto varguista de modernização, que foi, no entanto, mitigado pelo tradicionalismo ainda dominante no meio udenista, segmento importante da sua base de apoio. Cf. DANTAS NETO, Paulo Fábio. op. cit. p. 80-92.

⁴² Apesar de bacharel em direito, a reputação de Rômulo Almeida foi construída em torno da sua atuação na política como economista. Portanto, não foi incluído por esta pesquisa entre os bacharéis baianos na política.

⁴³ Durante o governo Balbino, Vieira de Melo alçou projeção nacional como líder do PSD na Câmara dos Deputados, quando atuou em forte sintonia com o governo Kubitscheck, o que o cacifou para pleitear a candidatura a sucessão do governo estadual, enfrentando a liderança do governador. Cf. ABREU, Alzira et. Al. op. cit. e DANTAS NETO op. cit. p. 143.

⁴⁴ Segundo Waldir Pires, que neste momento era um quadro pessedista em ascensão e vinculado ao balbino, Oliveira Brito mantinha-se equidistante em relação ao grupo de Balbino; não era próximo, mas também não fazia oposição cerrada. Apud DANTAS NETO, Paulo Fábio. op. cit. p. 145.

⁴⁵ Em depoimento ao CPDOC, Rômulo Almeida faz referência a uma possibilidade de lançamento do seu nome como candidato ao governo do estado em 1958, o que foi abortada para que o PTB apoiasse a frágil candidatura lançada por Antônio Balbino para sua sucessão. Tudo isso fruto de um acordo entre Balbino, Jango e Clémens Sampaio. Cf ALMEIDA, Rômulo. Rômulo Almeida (depoimento; 1988). Rio de Janeiro: CPDOC/FGV – SERCOM/PETROBRAS, 1988. 199 p. dat. (Projeto Memória da Petrobrás) p. 94.

⁴⁶ Medeiros Neto é um personagem lendário no meio jurídico baiano, apontado como o primeiro advogado inscrito na OAB-BA (Cf. Antonio Garcia de Medeiros Neto ganha biografia. Disponível em <http://www.oab-ba.org.br/single-noticias/noticia/biografia-de-antonio-garcia-de-medeiros-netto-foi->

lancada-pela-oab-bahia/?cHash=eea2347f29b387952125d5ffa2401cbe. Acesso em 03 abr 2019). Na política chegou a exercer a presidência do Senado Federal entre 1935 e 1937. Cf. ABREU, Alzira. Op.cit.

⁴⁷ Concluiu o curso de direito na Faculdade de Direito do Rio de Janeiro em Niterói em fevereiro de 1959, logo depois de assumir mandato de deputado federal. Cf ABREU, Alzira. Op. cit.

⁴⁸ JOSÉ, Emiliano. Op. cit. p. 311.

⁴⁹ AIMEIDA, Rômulo. Op. cit. p. p. 90-94.

⁵⁰ BRASIL, TSE. Dados Estatísticos Eleições Federais e Estaduais Quadros comparativos dos pleitos entre 1945 e 1963. v. 7. Disponível em <http://bd.camara.gov.br/bd/handle/bdcamara/13040> Acesso em 19 mar 2019. p. 35.

⁵¹ Sola, Lourdes. *Idéias econômicas, decisões políticas: desenvolvimento, estabilidade, populismo*. São Paulo: EDUSP: FAPESB. 1998

⁵² Esse era o programa do PTB que, segundo a tese principal de Moniz Bandeira em sua obra sobre o governo João Goulart, era um partido, com pretensão de desempenhar no Brasil o mesmo papel que os partidos social-democratas desempenharam na Europa pós I Guerra Mundial. MONIZ BANDEIRA, Luiz Alberto. *O governo João Goulart: As lutas sociais no Brasil, 1961-1964*. Rio de Janeiro: Revan; Brasília: EdUnB, 2001. P. 13 e25.

⁵³ ⁵³ LOUREIRO, *Felipe Pereira*. *Empresários, trabalhadores e grupos de interesse: a política econômica nos governos Jânio Quadros e João Goulart, 1961-1964; orientador Renato Perim Colistete*. Tese (Doutorado em História Econômica), Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 2012. p. 53-54.

⁵³ *Ibidem*. p. 106

⁵⁴ *Ibidem*. p. 42-43.

⁵⁵ SOLA, Lourdes. Op. cit. p. 287 e 313.

⁵⁶ Os principais partidos da oposição, PSD, PTB e PSP fizeram 64,1% das cadeiras na Câmara dos Deputados e 58,6% no Senado Federal. Cf. LOUREIRO, Felipe Pereira. *Varrendo a democracia: considerações sobre as relações políticas entre Jânio Quadros e o Congresso Nacional*. Revista Brasileira de História. São Paulo. V. 29, n. 57, p. 187-208, 2009. P. 189.

⁵⁷ A coligação PTN-UDN-PL-PDC-PR lançou a chapa Jânio Quadros/Milton Campos e a coligação PSD-PTB lançou a chapa Henrique Lott/João Goulart, como as eleições ocorriam separadamente, foram eleitos o presidente de uma chapa e o vice de outra. Cf. COSTA, Celia Maria Leite. *A campanha presidencial de 1960*. In ABREU, Alzira Alves de. et. al. (coords). *Dicionário Histórico-Bibliográfico Brasileiro – Pós 1930*. Rio de Janeiro: CPDOC, 2010. Disponível em: <http://cpdoc.fgv.br>. Acesso em 22 abr 2019.

⁵⁸ A Superintendência da Moeda e Crédito foi criada em 1945 e constituiu o embrião do futuro Banco Central do Brasil. Vinculada ao Ministério da Fazenda, suas decisões eram tomadas por um Conselho presidido pelo Ministro da Fazenda. Cf. MALAN, Pedro. *Superintendência da Moeda e do Crédito*. In ABREU, Alzira Alves de. et. al. (coords). *Dicionário Histórico-Bibliográfico Brasileiro – Pós 1930*. Rio de Janeiro: CPDOC, 2010. Disponível em: <http://cpdoc.fgv.br>. Acesso em 23abr 2019.

⁵⁹ LOUREIRO, Felipe Pereira. Op. cit. p. 104.

⁶⁰ Nessa parte da pesquisa de Loureiro, amparada em farta documentação, é possível identificar a segmentação da burguesia brasileira em função dos seus vínculos com o capital estrangeiro. Aqui ele demonstra que a pressão pela flexibilização das medidas de contenção de crédito partiu do empresariado paulista, mais dependente do capital nacional, enquanto o empresariado carioca, mais associado ao capital internacional, não se manifestou nesse sentido. *Ibidem*. p. 111.

⁶¹ *Ibidem*. p. 114

⁶² VIZENTINI, Paulo G. Fagundes. *O nacionalismo desenvolvimentista e a política externa independente*. Revista Brasileira de Política Internacional, vol. 37, n. 1 Brasília, 1994 p. 24-36. P.24

⁶³ Que só veio a ser concretizada no governo João Goulart, quando as relações diplomáticas com a URSS foram reatadas.

⁶⁴ MONIZ BANDEIRA, op. cit.

⁶⁵ *Ibidem*, p. 45-46.

⁶⁶ LOUREIRO, Felipe Pereira. Op. cit. p. 191.

⁶⁷ JQ exige urgência nas reformas sociais. Última Hora, 8 jul 1961, p. 4. Mais tarde, João Goulart assume essas pautas, sob o discurso das reformas de base, que eram do projeto trabalhista, num tom nacionalista mais radical.

⁶⁸ CURVELLO, José Hormino. *A reforma do direito*. Jornal A Tarde, 16 de mar de 1961, p. 4.

⁶⁹ Este último já reconhecidamente modificado por legislação esparsa.

⁷⁰ Ver exposição de motivos dos Códigos mencionados.

⁷¹ GOMES, Orlando. *A crise do direito*. São Paulo: Max Limonad, 1955.

⁷² GOMES, Orlando. *Direito e desenvolvimento*. Salvador: Ed. Universidade da Bahia.1961. p. 20

-
- ⁷³ GOMES, Orlando. Op. cit. 1955.
- ⁷⁴ PRESIDENTE do IAB discorda do governo e pede mais ação para a reforma dos códigos. Correio da manhã, 28 de mar de 1961, p. 11.
- ⁷⁵ BANQUETE ao jurista que reformará o Código Civil. A Tarde, 24 ago de 1961, p.3.
- ⁷⁶ JÂNIO cria grupo para promover “urgentemente”, a reforma agrária. Jornal Última Hora 18 abr 1961, p.4.
- ⁷⁷ ALMEIDA, Rômulo. Op.cit. p. 51.
- ⁷⁸ DOMBROWSKI, Osmir. Ordem privada e reforma agrária em Nestor Duarte. In Lua Nova: Revista de Cultura e Política, São Paulo, n. 49, 2000, p. 225-240. P. 225
- ⁷⁹ Um problema que mobiliza até hoje debates polarizados, sem resultados concretos para uma justa distribuição da terra no Brasil.
- ⁸⁰ DUARTE, Nestor. A reforma agrária. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1953.
- ⁸¹ CONSTRANGIDA a UDN com a entrevista de Jânio. Última Hora, 31 mai 1961, p.4. Aqui se faz importante destacar a confusão nos registros sobre a filiação partidária de Nestor Duarte. O jornal Última Hora menciona nesta nota a participação deste jurista baiano em reunião da bancada do PL, enquanto documento do TSE indica a sua eleição pela UDN. Pode ter sido eleito para UDN e ido para o PL.
- ⁸² LÍDER interino na Câmara. Última hora, 27 jun 1961, p. 4.
- ⁸³ LOUREIRO, Op. cit. 2009, p.. 190-194.
- ⁸⁴ REFORMA informal. Correio da manhã 19 abr 1961, p. 06.
- ⁸⁵ SÃO Paulo dá terra antes que camponeses a tomem. Correio da manhã, 10 fev 1961, p. 30.
- ⁸⁶ Essa Comissão contava com a participação de dois deputados baianos opositores, mas adeptos da pauta reformista do governo: Fernando Sant’ana (PTB), seu presidente e Waldir Pires (PSD).
- ⁸⁷ TODAS as correntes apóiam a reforma agrária. Última Hora, 24 jul 1961, p.4.
- ⁸⁸ ENCERRADO o Congresso camponês em Maringá, Última Hora, 16 ago 1961, p. 2
- ⁸⁹ DIRIGIDOS por padres tentaram acabar com Congresso camponês, Jornal Última Hora, 15 ago 1961, p. 2.
- ⁹⁰ JOÃO Mendes contra os comunistas. Última Hora, 25 mai 1961, p. 4.
- ⁹¹ RIBEIRO, Guilherme Leite. Unidade na diversidade: as forças das frentes parlamentares no governo João Goulart (1961-1964). Orientadora Maria Celina Soares D’Araújo. Dissertação (mestrado). Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Departamento de Ciências Sociais. 2016. Para os critérios utilizados na elaboração das listas ver p. 85. Para as listas de cada frente ver Apêndices I e II, p. 146-150. Para comportamento dos membros de cada frente em votações nominais ver p. 111-127.